

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA COMO PROJEÇÃO DA ASCENSÃO CHINESA E CAPACIDADE DE PODER

Paulo Bittencourt¹

Resumo: O objetivo deste texto é examinar a dinâmica estabelecida pelo poder no caso da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR, *Belt and Road Initiative*, em inglês). Partindo da premissa de que espaços políticos são desenvolvidos através de espaços de vivências e trocas entre as sociedades e de que a relação entre o espaço e o poder político são, necessariamente, uma relação social, o texto busca explorar, ainda que incipientemente, os aspectos dos projetos que constituem, agregadamente, a ICR. Nesse sentido, argumenta-se que a ICR se encontra num escopo da Grande Estratégia Chinesa, incrementando suas capacidades políticas domesticamente, ao passo em que projeta o poder chinês para regiões cada vez mais distantes do território chinês internacionalmente.

Palavras-chave: Cinturão e Rota; Grande Estratégia; China; Política Internacional; Balança de Poder.

Abstract: This paper aims to examine the dynamic established by power in the case of the Belt and Road Initiative. The basic premises are that political spaces are developed through living and exchanging spaces between societies and that the relationship between space and political power is necessarily a social relationship. This paper explores, however initially, aspects of the projects that, aggregated, comprise the Belt and Road Initiative. It is argued that the Belt and Road Initiative is constitutive of the Chinese Grand Strategy, adding to its domestic political capacities as it internationally projects Chinese power to regions ever more distant from China.

Keywords: Belt and Road; Grand Strategy; China; International Politics; Balance of power.

1. Introdução

Este texto tem duas premissas principais, consolidadas nos debates entre a geopolítica e

¹ Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Autor de “Ciência, Teoria e Relações Internacionais: um estudo sobre a Síntese Neo-Neo a partir de Waltz” (Hucitec, 2025). Contato: paulovbittencourt@gmail.com.

a geografia política. Essas premissas se cristalizam no argumento de Costa (2016) em seus discursos sobre território e poder. A primeira é a de que as sociedades, ao desenvolverem espaços de vivência e produção acabam por produzir, ao mesmo tempo, um espaço político. A segunda é a de que a relação entre o espaço e o poder é, por excelência, uma relação social (COSTA, 2016, p. 29). O objetivo deste texto é examinar a dinâmica que o poder imprime no espaço, ocasionando a projeção do poder chinês no caso da Iniciativa Cinturão e Rota, num momento marcado pela mudança na distribuição de poder no cenário internacional (COSTA, 2015; LIND, 2024; MEARSHEIMER, 2018; TUNSJØ, 2018).

A ICR é um dos elementos através dos quais a China manifesta sua influência no mundo, isto é, afeta a dinâmica da política internacional. Outros fatores incluem seus investimentos diretos externos, a projeção do exército chinês em áreas mais distantes por cada vez mais tempo, e a maior presença de cidadãos e trabalhadores chineses no exterior (BLANCHARD, 2020). O argumento deste texto é o de que, ao mesmo tempo em que a ICR tem um papel importante para perseguir reformas no ordenamento da política internacional (GOLDSTEIN, 2020), ela também oferece acréscimos às capacidades chinesas neste campo. Em alguma medida, Ghiselli (2021) nota essa dupla função (doméstica e externa) da ICR, ao apontar que, domesticamente, a iniciativa poderia servir como uma espécie de motor para o crescimento econômico do país, ao passo que, externamente, se vale de uma abordagem que agrega ao mesmo tempo questões industriais, de investimento, de comércio, de ajuda, de segurança e de política exterior.

Dessa forma, quanto ao referencial da política internacional, nos baseamos na perspectiva de Kenneth Waltz (1979, 2001), para quem as capacidades materiais de um Estado devem ser compreendidas como um composto de tamanho da população e do território, disponibilidade de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade e competência políticas (WALTZ, 1979, p. 131; BITTENCOURT, 2025). Entretanto, mesmo esta materialidade do pensamento de Waltz oferece a necessidade de se apresentar sob a forma de iniciativas concretas em que vemos o poder chinês tomando corpo.

Com esse propósito, seguimos a observação de Costa (2015, p. 92), para quem “não existe política internacional sem geopolítica e, especialmente, geopolítica sem geografia”. É desta forma que se pretende compreender a cers da China em política internacional, para compreendermos a ICR e as potenciais tensões que ela acarreta, sobretudo aos países vizinhos da China.

Duas advertências se fazem necessárias. A primeira é a de que, apesar de ser um conceito amplamente utilizado e alargado (DOSHI, 2023), definimos *Grande Estratégia* de uma maneira

simplificada, a partir de Avery Goldstein (2005), para quem Grande Estratégia se define como a lógica central que um Estado usa para o emprego de suas capacidades, visando a atingir seus objetivos prioritários. A segunda advertência é a de que é necessário frisar que este é artigo que apresentará aspectos introdutórios ao argumento cotejado, qual seja, que a ICR é um importante instrumento de consolidação das capacidades de poder chinesas (nos termos que emprega Waltz), e, ao mesmo tempo, uma tentativa chinesa de empreender reformas (mesmo que pontuais) no sistema internacional contemporâneo, no qual a China estabelece uma rivalidade cada vez mais perceptível com os Estados Unidos (COSTA, 2015; LIND, 2024).

2. Compreendendo a Iniciativa Cinturão e Rota: elementos constituintes

O que se chama Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) compreende diversos tipos de obras infraestruturais de conectividade empreendidos pela República Popular da China desde 2013, correspondendo aproximadamente ao mesmo período em que Xi Jinping assume as funções de Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês. De fato, sob Xi, a política chinesa para expandir-se globalmente ganha novo ímpeto (GHISELLI, 2021; GOLDSTEIN, 2020).

Neste momento, estava em curso na China a discussão sobre a ascensão pacífica chinesa e como o país poderia contribuir para a reforma da ordem internacional de modo que ela reflita a nova realidade de poder, em que novos polos emergiam na política internacional (KISSINGER, 2012). Após a manutenção de um perfil *low profile* em anos anteriores, buscando se acomodar à ordem existente (GOLDSTEIN, 2020; SØRENSEN, 2022), impunha-se a necessidade de restaurar a grandeza da China, grandeza esta que sucumbira diante do período de invasões estrangeiras conhecido como “Século da Humilhação” (da derrota da Guerra do Ópio em 1839 à Revolução Chinesa, em 1949). Xi Jinping chega ao gabinete presidencial em 2012 fazendo parte da:

primeira geração desde o início do século XIX a crescer numa China que está em paz, e unificada politicamente; que não experimentou a Revolução Cultural; e cuja performance econômica deixa para trás aquela da maioria do resto do mundo. A quinta geração de líderes chineses desde a criação da República Popular irá, como seus predecessores fizeram, refinar suas experiências numa visão de mundo e numa visão de grandeza nacional. É deste diálogo com esta gestão que o pensamento estratégico estadunidense deve se ocupar (KISSINGER, 2012, p. 512, tradução nossa).

A ICR compreende obras de conectividade encampadas pelo Cinturão Econômico da Rota da Seda (CERS, ou “*Silk Road Economic Belt*”, SERB), e por obras marítimas, através da

Iniciativa da Rota Marítima da Seda (IRMS, ou “*Maritime Silk Road Initiative*”, MSRI). Destas duas iniciativas vem o nome Cinturão e Rota, anteriormente chamado de “Um cinturão, uma rota” (“*One Belt, One Road*”, em inglês). As discussões sobre as mudanças no cenário geopolítico global envolvendo a ICR são foco de muitas discussões recentes, devido às mudanças políticas e econômicas que operam quando projetos deste tipo são levados a cabo.

O CERS, o cinturão econômico, foi proposto no Cazaquistão em 2013, incluindo, até 2016, países como o Cazaquistão, o Uzbequistão, a Rússia e o Egito (BLANCHARD; FLINT, 2017). Entre os objetivos do cinturão encontram-se o desenvolvimento de áreas ocidentais da China, bem como a cooperação regional no combate ao terrorismo e separatismo², a construção de vias de escoamento de excedentes chineses através de novos mercados e o transporte energético como meio de diminuição da vulnerabilidade chinesa criada pelo uso de vias marítimas, como o Estreito de Malaca (BLANCHARD; FLINT, 2017). De acordo com os dados compilados pela *American Enterprise Institute* (AEI), os investimentos e contratos chineses no Cazaquistão entre 2013 e 2020, por exemplo, foi de 11,93 bilhões de dólares, enquanto no Egito foi de 12,15 bilhões entre 2016 e 2020. Já a Rússia recebeu, desde 2014, 33,98 bilhões de dólares em investimentos e contratos chineses (AEI, 2021). Contudo, esses dados refletem contratos e investimentos gerais. Quando olhamos para o mapa de investimentos chineses nos países da ICR de forma geral, por sua vez, temos uma imagem diferente: entre 2014 e 2020, foram investidos 732,73 bilhões de dólares em diferentes países:



Fig. 1. Investimentos chineses na Iniciativa Cinturão e Rota (2014-2020).

Fonte: *American Enterprise Institute* (AEI, 2021).

² Este é um aspecto fundamental da política doméstica chinesa que apresenta uma série de desdobramentos internacionais. Sobre isso, ver Bolt e Cross (2018).

O mapa deixa claro que uma quantidade expressiva de seus investimentos encontra-se no sudeste asiático e na África, além da Eurásia. Quando observamos os setores em que estes 732 bilhões de dólares foram investidos, vemos que a maior quantidade se concentra no setor de transporte e no energético (Gráfico 1).

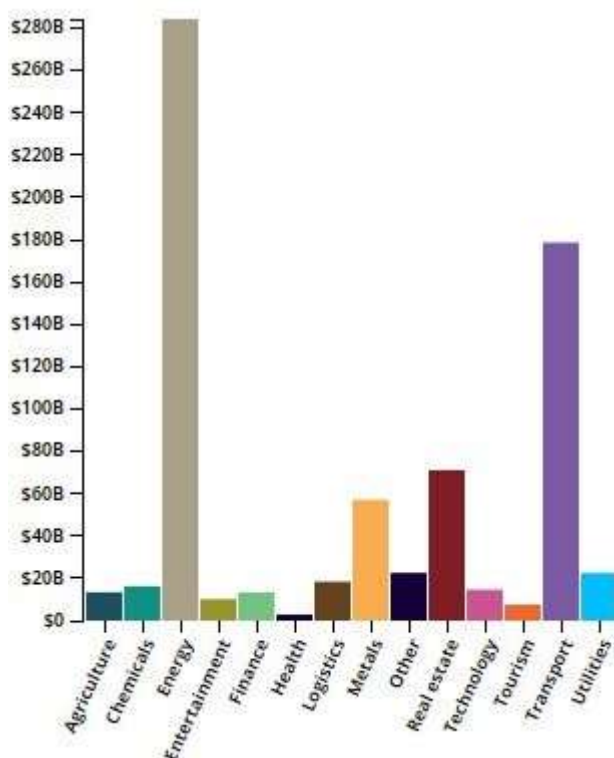


Gráfico 1. Setores de investimentos e contratos chineses no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota, 2014-2020.
Fonte: *American Enterprise Institute* (AEI, 2021).

Tanto a IRMS (Rota Marítima) e o CERS (Cinturão Econômico) têm igual importância e se complementam. A IRMS está relacionada à construção de ferrovias de alta velocidade, rodovias, portos e aeroportos e redes de telecomunicação e *pipelines* (BLANCHARD; FLINT, 2017). Além disso, a construção de plantas industriais e de Zonas Econômicas Especiais também estão entre os projetos, de modo que, para Xi Jinping, em discurso oficial, o objetivo da IRMS não é apenas a construção de rotas de produtos, mas também o estabelecimento de instituições e trocas a nível dos indivíduos (BLANCHARD; FLINT, 2017). De acordo com o texto chinês da “Visão para a Cooperação Marítima sob a Iniciativa Cinturão e Rota”, de 2017, a IRMS teria o objetivo de sincronizar e promover as ações conjuntas entre os países envolvidos. Assim, os pilares que o documento elencava para este objetivo eram a paz, cooperação, abertura e inclusão, baseadas no desenvolvimento sustentável e numa visão

cooperativa de segurança internacional (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2017). Tendo em vista a Grande Estratégia Chinesa e a defesa do que chamava de “Novo modelo de relações entre grandes potências”, o projeto e a Grande Estratégia Chinesa são coerentes e complementares.

Entre os objetivos econômicos que a China tem na iniciativa, podemos elencar o aumento do comércio entre os países nela envolvidos, o desenvolvimento infraestrutural (não somente nos países envolvidos, como na própria China em suas regiões menos desenvolvidas), e também o auxílio de escoamento de excedentes produtivos (BLANCHARD, 2017).

Nesse sentido, é de se esperar que valores altos sejam investidos sobretudo na Iniciativa da Rota Marítima da Seda. De acordo com Blanchard e Flint (2017), foi com este propósito que a China criou o Fundo da Rota da Seda, de 40 bilhões de dólares, além de fundar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que, apesar de não financiar apenas a IRMS, contou com 50 bilhões de dólares por parte da China. Os autores ainda ressaltam a presença da IRMS em diversos projetos pretendidos na Ásia Meridional, como as Maldivas, o Paquistão e o Sri Lanka (BLANCHARD; FLINT, 2017). Neste último país, sob a insígnia da ICR, foi aprovada a construção de um projeto de 1,5 bilhões de dólares (THE GUARDIAN, 2015).

3. A ICR e as capacidades Chinesas: dos projetos à projeção

Partindo do entendimento de Costa (2012) em outro contexto e de uma abordagem recente de Walt (2021), a busca pelo aumento de sua presença em seu entorno geográfico é tanto uma evidência do aumento das capacidades chinesas, como uma percepção de aumento de seus interesses vitais. Nesse sentido, Xi Jinping e a ICR representam uma nova abordagem à Grande Estratégia da China (GOLDSTEIN, 2020).

Se, por um lado, a Grande Estratégia Chinesa entre 1949 e 1989 era a de manter a liderança política doméstica sob controle do Partido Comunista Chinês e, assim, assegurar o resultado da revolução, nos anos 1990 a Grande Estratégia passa a ser, além da manutenção do governo do Partido Comunista³, a restauração do status de grande potência que havia sido tomado da China pelo Século da Humilhação (GOLDSTEIN, 2020). Assim sendo, entre 1992 e 2020, três abordagens distintas foram utilizadas pelas elites chinesas para o “rejuvenescimento” da nação: a primeira, uma abordagem *low profile*, de não fazer grandes

³ A manutenção do regime sob a égide do Partido Comunista Chinês é uma característica marcante da Grande Estratégia Chinesa. Sobre essa discussão entre o partido e o Estado chinês, ver Lanteigne (2020).

exposições do poder chinês; a segunda, uma abordagem de “ascensão pacífica”, uma vez que a abordagem *low profile* já não dava mais conta das reivindicações territoriais chinesas, sobretudo no mar do sul da China⁴; enfim, a terceira abordagem é a de Xi Jinping (GOLDSTEIN, 2020).

A abordagem de Xi Jinping à Grande Estratégia Chinesa se baseia em três pilares: assegurar os demais Estados do sistema internacional das intenções pacíficas da China, reformar a ordem internacional e defender os interesses vitais do país, empregando mais capacidades e atenção à sua defesa (GOLDSTEIN, 2020). A ICR se inclui nos esforços chineses de reforma da ordem internacional, partindo da percepção de que a China não pode mais simplesmente se acomodar à ordem proposta, que tende a ser-lhe prejudicial, já que vê o país como uma ameaça. Parte-se, pois, para uma atitude mais ativa: nem um país revisionista, nem um país que se acomoda, os objetivos propostos são o de uma reforma na ordem internacional (GOLDSTEIN, 2020). Entretanto, mesmo reformas na ordem internacional passam a ser vistas como “revisionistas” por parte dos Estados Unidos (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018)⁵, que fora o polo da configuração unipolar do período Pós-Guerra Fria.

A ICR é, segundo Goldstein, a mais substantiva iniciativa chinesa visando à reforma da ordem internacional, sendo um empreendimento unilateral “apoiado por um veículo de investimento estatal, o Fundo da Rota da Seda, e empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportações e Importações da China” (GOLDSTEIN, 2020, p. 185, tradução nossa).

Quando observamos o texto para a Visão para a Cooperação Marítima sob a Iniciativa Cinturão e Rota, vemos que, por detrás dos investimentos infraestruturais da China é perceptível o papel fundamental que a China atribui a si mesma para temas como a cooperação internacional, a segurança internacional e o desenvolvimento sustentável (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2017), temas sensíveis para a agenda internacional contemporânea, e que certamente encontram-se de acordo com o que Goldstein estabelece como Grande

⁴ Ilustrativo sobre os conflitos no período envolvendo a China, Costa (2015, p.17-18) nos informa o seguinte cenário: “essa modalidade de expressão de poder da grande potência é observável tanto nos seus antigos contenciosos, como são os casos do Tibete (sua colônia de fato) e Taiwan (país a que ainda denomina de “Província Rebelde”), como nas suas mais recentes reivindicações territoriais no espaço marítimo, a exemplo das disputas que mantêm com o vizinho Japão em torno das Ilhas Senkaku e com o Vietnã, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei tendo como alvo o Arquipélago de Spratly no Mar da China Meridional, no contexto da complexa definição das respectivas Zonas Econômicas Exclusivas e os decorrentes direitos de exploração das comprovadas jazidas de petróleo e gás da região”.

⁵ Camilla Sørensen (2022) discute a presença política da China na atual polaridade e no ordenamento internacional. Outros autores, notavelmente Allison (2018) e Zhang (2021), apontam para a “Armadilha de Tucídides” na política internacional contemporânea, marcada pelo declínio relativo de um polo de poder e a ascensão de outro. Mearsheimer (2014) também se questiona sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica chinesa.

Estratégia da China atualmente. Além disso, o mesmo documento demonstra a percepção da China como um ator de capacidade e determinação de agir coletivamente.

Um aspecto sobre a ICR, contudo, chama a atenção: a ausência de um mapa oficial da iniciativa por parte do governo chinês, o que contribui para uma “confusão útil” através da qual as autoridades chinesas podem modificar o projeto da Iniciativa, de modo que diferentes regimes de soberania nas relações da China com os outros Estados podem emergir, desde o tipo clássico, até regimes do tipo globalista, de integração, ou mesmo imperialista (NARINS; AGNEW, 2020).

Ao mesmo tempo, pois, em que a ICR pode ser vista pelas lentes de fortalecer a cooperação e desenvolver áreas ainda atrasadas (WALT, 2021), ela pode causar diferentes tipos de preocupação entre os vizinhos asiáticos: na Mongólia, a participação chinesa no setor minerador preocupa diversos atores envolvidos nesta atividade, enquanto em Mianmar, os movimentos nacionalistas podem ser uma importante barreira a projetos chineses (NARINS; AGNEW, 2020). Outras preocupações, como a de países como Laos, Camboja, Malásia e Vietnã, se concentram nos riscos de se assumirem dívidas com a China e isso comprometer a soberania destes países (NARINS; AGNEW, 2020).

As preocupações com a presença chinesa não são infundadas, e, em certa medida, são incentivadas por fatores estruturais da política internacional como propostas por Kenneth Waltz (1979): à medida que um país incrementa suas capacidades, ele se torna uma ameaça à existência (entendida como independência política e soberania) de outros. O mecanismo pelo qual isso ocorre, explica Waltz, relaciona-se ao fato de não sabermos com certeza quais as intenções dos demais Estados (WALTZ, 2001; BOOTH; WHEELER, 2008; MEARSHEIMER, 2014), e a ausência de informações sobre as iniciativas chinesas certamente contribuem para esta percepção. Some-se a isso a observação feita há mais de um século por Alfred Thayer Mahan sobre a importância do que denominou “poder naval”:

a abordagem inovadora de Mahan sobre o poder marítimo baseia-se numa concepção integrada de todas as atividades relacionadas ao mar. (...) Para ele, é fundamental a natureza e o grau de desenvolvimento de toda a população de um país com as atividades marítimas, decorrendo daí as possibilidades concretas de constituição de um poder de fato nessa área (COSTA, 2016, p. 69)

Ora, o desenvolvimento infraestrutural de projetos complementares de escoamento de produção excedente, como o CERS e a IRMS, somado à interligação de áreas pouco desenvolvidas dentro da China, contribuem para uma conjugação de aspectos produtivos com

o mar, constituindo uma rota de escoamento⁶. Isso ocorre concomitantemente a um aumento das capacidades militares marítimas chinesas, sobretudo a partir de 2010 (Figura 2). Todos estes aspectos contribuem para a percepção de uma imagem altamente securitizada, sobretudo no Oceano Índico. Dentro da ICR isso se dá por conta de dois projetos, ambos que levam ao Oceano Índico: o Corredor Sul, que sai da província chinesa de Yunnan e passa por Mianmar até o Golfo de Bengala, e Corredor Econômico que sai da província Chinesa de Xinjiang e passa pelo Paquistão até Gwadar (BREWSTER, 2017). Apenas a título de dados, em janeiro de 2020, China e Mianmar assinaram mais de 30 acordos relacionados a desenvolvimento de infraestrutura, comércio e zonas econômicas especiais (MARSTON, 2020), enquanto se previa, em 2015, investimentos chineses da ordem de 46 bilhões de dólares em estradas no Paquistão (SHAH; PAGE, 2015).

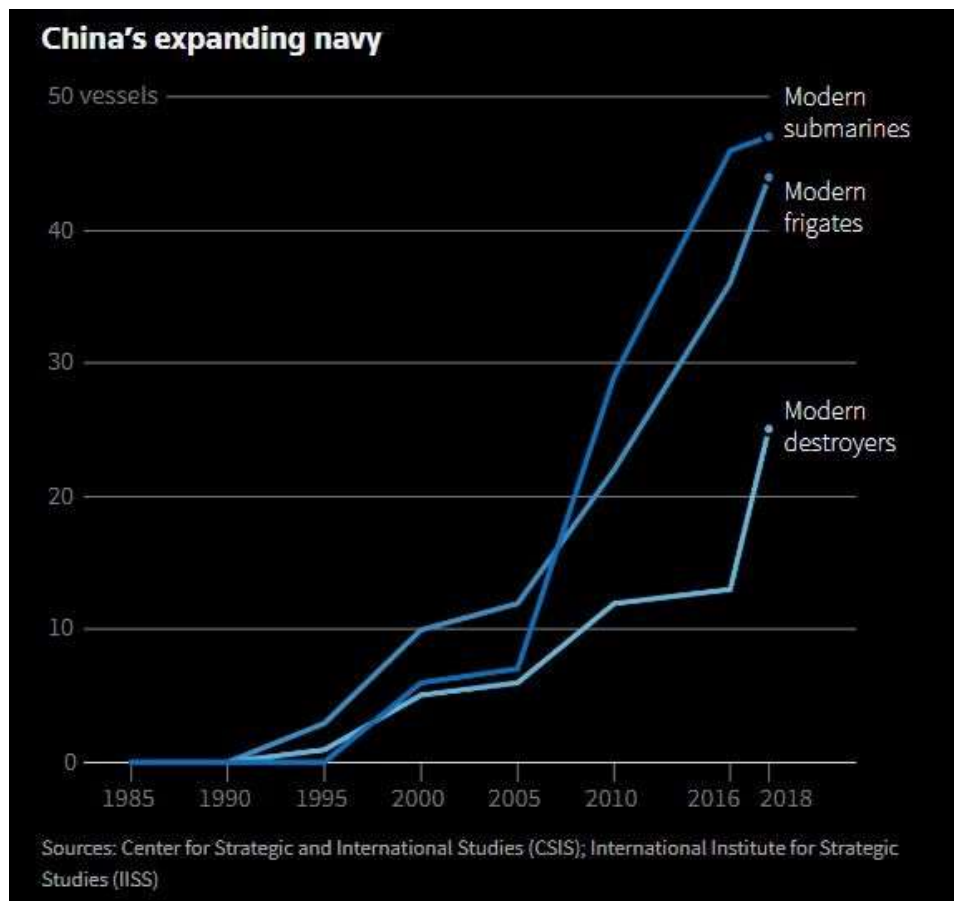


Fig. 2. Expansão da marinha chinesa. Fonte: Lague, Lim (2019)

⁶ Há autores que apontam para os riscos de uma possível “armadilha da dívida” (“*debt trap*”, como originalmente cunhado por Brahma Chellaney), que engendraria um ciclo vicioso de dependência de países mais vulneráveis aos interesses chineses. Sobre essa discussão, ver Pautasso e Paris Maia (2024).

O Oceano Índico apresenta uma importância estratégica não somente para a China, mas para diversos países que puderam, ao longo da história, navegar por este oceano transportando sem maiores dificuldades devido ao controle que estabeleciam sobre a região: exemplos históricos incluem os impérios português e britânico, além dos Estados Unidos (BREWSTER, 2017). Isso poderia explicar, por exemplo, a somatória de investimento em países limítrofes com o oceano em questão, uma vez que este possuiria a vantagem, para a China, de escapar de territórios contestados e potencialmente conflituosos, como o mar do sul da China. Entretanto, “há poucas evidências de que a China pretende perseguir uma estratégia de predominância naval na região” do Oceano Índico, conclui Brewster (2017, p. 12).

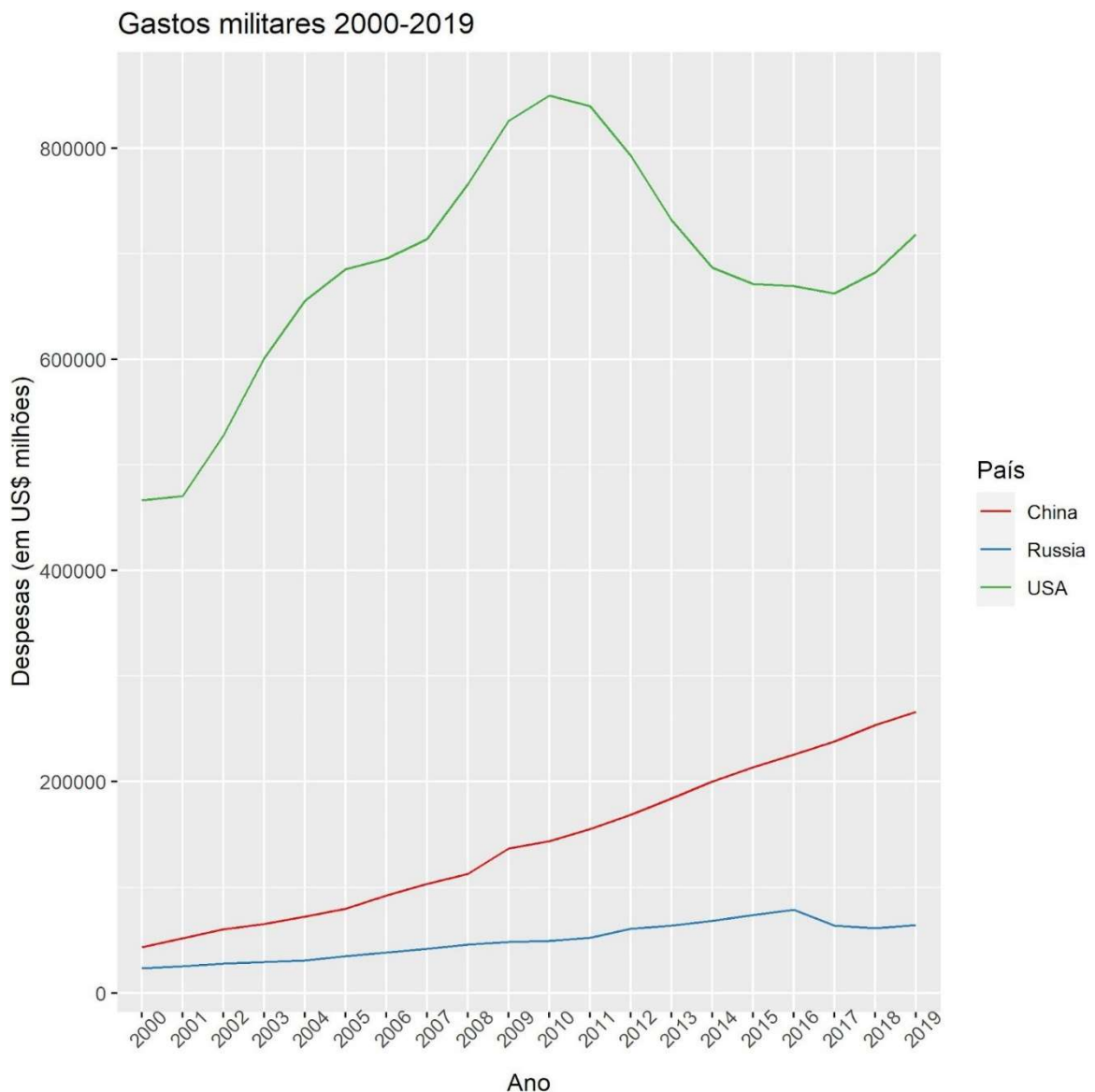


Fig. 3. Gastos militares em milhões de dólares.
Fonte: “SIPRI Military Expenditure Database”, 2024. Gráfico de elaboração própria.

Ainda assim, a própria securitização do Oceano Índico faz com que a narrativa de uma busca ativa de predominância no Oceano Índico seja popular na Índia (BREWSTER, 2017), país com que a China já se envolveu em conflito, e com que mantém uma certa rivalidade (KISSINGER, 2012). As rotas chinesas no Paquistão e em Mianmar, além de fornecerem acesso à China ao Oceano Índico, poderiam fornecer meios de contenção da Índia, que, por sua vez, também tentaria conter a China, num caso clássico de dilema de segurança. Fazendo coro novamente a Costa (2015), segundo quem em períodos de transição histórica práticas novas tendem a misturar-se com práticas clássicas de disputas por influência e poder nas regiões e no mundo, a ICR é tanto fruto da capacidade chinesa de agir no mundo auto-interessadamente, contribuindo para uma ordem internacional que lhe favoreça, como também um meio de sustentar o incremento de suas capacidades de poder, como capacidades econômicas e disponibilidade de recursos. Ao mesmo tempo, a China tem a oportunidade, através dos caminhos da ICR, de desenvolver áreas em seu próprio território que estejam atrasadas, e fazer-se mais presente em áreas estratégicas, como é o caso do Oceano Índico.

Somando-se isso a uma das maiores populações do mundo (1 bilhão, 410 milhões, 710 mil pessoas de acordo com dados de 2023 do Banco Mundial)⁷, o fato de ser um país-baleia (COSTA, 2015), e aos grandes investimentos em capacidades militares (Figura 3), não é de se admirar que a presença chinesa em cada vez mais lugares no mundo seja uma realidade. Tampouco é de se admirar que isso cause preocupações, seja nos países vizinhos, seja em países localizados em regiões onde a China projeta seu poder através da ICR, seja nos polos do sistema. Estes aspectos demonstram, novamente, como o poder se desenvolve como uma relação social que, por sua vez, se desdobra sobre determinados territórios (COSTA, 2016).

4. Considerações finais

Buscando auxílio na proposta de Waltz sobre política internacional, e na materialidade com que o autor aborda as capacidades de poder na política internacional, tentamos conjugar a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) com leituras da Geografia Política para nos auxiliarem na compreensão de como a Iniciativa chinesa pode ser vista como um recurso de aumento de capacidades ao mesmo tempo em que oferece a oportunidade de a China se fazer mais presente

⁷ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>, acesso em 06 mai. 2025.

internacionalmente e, assim, trabalhar na formação de um ordenamento do sistema internacional que já não é mais unipolar como fora após o fim da Guerra Fria.

Seja por meio da ICR, ou qualquer outra forma, a relação de poder entre sociedades organizadas sob a forma de Estado tende a formar e impactar as maneiras como os territórios se transformam, e a atividade exploratória que tentamos lançar neste texto caminhou no sentido de entender as dinâmicas de um país que aumenta suas capacidades, e pode agir internacionalmente de forma amplamente sensível.

Constituindo um elemento muito substantivo na Grande Estratégia Chinesa, a ICR tem um projeto regional de conectividade, ao mesmo tempo em que expressa características já mundiais, estando presente em países da Ásia, Europa, África e América Latina. Cabe lembrar que o projeto fora concebido pelas autoridades chinesas como aberto. Essas mesmas elites políticas, por sua vez, nunca apresentaram um mapa oficial da iniciativa, como notado por John Agnew e Thomas Narins (2020). Isso pode servir tanto para deixar clara a abertura do projeto, quanto também como um objeto de barganha, uma vez que, ao não saber os planos iniciais do projeto, qualquer projeto de infraestrutura pode ser negociado sob a égide da ICR. Isso lembra, em alguma medida, o jogo de Wei Qi, de que trata Kissinger em sua obra sobre a China: as peças vão se movendo no tabuleiro, e à primeira vista não parece ficar clara a estratégia existente. No caso da China, como também aponta Kissinger, sua tessitura diplomática parece ser a de fazer crer que sua presença seja dispensável, até que se torne inevitável.

Referências:

AEI - American Enterprise Institute. **China global investment tracker**, 2021. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>, acesso em 19 jan. 2021.

ALLISON, Graham T. **Destined for War: can America and China escape Thucydides's Trap?** First Mariner Books edition 2018 ed. Boston New York: Houghton Mifflin Harcourt, Mariner Books, 2018.

BITTENCOURT, Paulo. **Ciência, teoria e relações internacionais: um estudo sobre a “Síntese Neo-Neo” a partir de Waltz**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2025.

BLANCHARD, Jean-Marc. Keeping current on the BRI in the Black Sea: Small ripples, but no big waves. *Em: A Sea Change?: China's Role in the Black Sea*. [s.l.] : Middle East Institute, 2020.

BLANCHARD, Jean-Marc F. Probing China's Twenty-First-Century Maritime Silk Road Initiative (MSRI): An Examination of MSRI Narratives. **Geopolitics**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 246–268, 2017. DOI: 10.1080/14650045.2016.1267147.

BLANCHARD, Jean-Marc F.; FLINT, Colin. The Geopolitics of China's Maritime Silk Road Initiative. **Geopolitics**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 223–245, 2017. DOI: 10.1080/14650045.2017.1291503.

BOLT, Paul J.; CROSS, Sharyl. **China, Russia, and Twenty-First Century Global Geopolitics**. First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2018.

BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. **The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics**. Basingstoke [England] ; New York, N.Y: Palgrave Macmillan, 2008.

BREWSTER, David. Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. **Geopolitics**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 269–291, 2017. DOI: 10.1080/14650045.2016.1223631.

COSTA, Wanderley Messias Da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2016.

COSTA, Wanderley Messias Da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Revista USP**, [S. l.], n. 95, p. 9–22, 2012. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i95p9-22.

COSTA, Wanderley Messias Da. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confins**, [S. l.], v. 25, 2015. DOI: 10.4000/confins.10551. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10551>. Acesso em: 28 fev. 2025.

DEPARTMENT OF DEFENSE, United States of America. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge**. , 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DOSHI, Rush. **The long game: China's grand strategy to displace American order**. First issued as an Oxford University Press paperback ed. New York: Oxford University Press, 2023.

GHISELLI, Andrea. **Protecting China's Interests Overseas: Securitization and Foreign Policy**. Oxford: Oxford University Press USA - OSO, 2021.

GOLDSTEIN, Avery. **Rising to the challenge: China's grand strategy and international security**. Stanford, Ca: Stanford University Press, 2005.

GOLDSTEIN, Avery. China's Grand Strategy under Xi Jinping: Reassurance, Reform, and Resistance. **International Security**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 164–201, 2020. DOI: 10.1162/isec_a_00383.

KISSINGER, Henry (ORG.). **On China**. New York, NY: Penguin Books, 2012.

LAGUE, David; LIM, Benjamin Kang. Benjamin Kang. China's vast fleet is tipping the balance in the Pacific. **Reuters**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/china-to-unveil-billions-of-dollars-in-pakistan-investment-1429214705>. Acesso em: 28 jan. 2021.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese foreign policy: an introduction**. Fourth edition ed. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020.

LIND, Jennifer. Back to Bipolarity: How China's Rise Transformed the Balance of Power. **International Security**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 7–55, 2024. DOI: 10.1162/isec_a_00494.

MARSTON, Hunter. Has the US lost Myanmar to China? Xi's visit bolstered China-Myanmar ties, but the West can still compete. **The Diplomat**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/01/has-the-us-lost-myanmar-to-china/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Updated edition ed. New York: W.W. Norton & Company, 2014.

MEARSHEIMER, John J. **The great delusion: liberal dreams and international realities**. New Haven ; London: Yale University Press, 2018.

NARINS, Thomas P.; AGNEW, John. Missing from the Map: Chinese Exceptionalism, Sovereignty Regimes and the Belt Road Initiative. **Geopolitics**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 809–837, 2020. DOI: 10.1080/14650045.2019.1601082.

OLIVEIRA, Gustavo De L. T.; MURTON, Galen; RIPPA, Alessandro; HARLAN, Tyler; YANG, Yang. China's Belt and Road Initiative: Views from the ground. **Political Geography**, [S. l.], v. 82, p. 102225, 2020. DOI: 10.1016/j.polgeo.2020.102225.

PAUTASSO, Diego; PARIS MAIA, Isis. A China e a armadilha da dívida: entre a narrativa e as mudanças sistêmicas. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 15, n. 71, p. 49–61, 2024. DOI: 10.22456/2178-8839.136340.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Full text of the vision for maritime cooperation under the belt and road initiative**. , 2017. Disponível em: https://english.gov.cn/archive/publications/2017/06/20/content_281475691873460.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

SHAH, Saeed; PAGE, Jeremy. China readies \$46 billion for Pakistan trade route. **The Wall Street Journal**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/china-to-unveil-billions-of-dollars-in-pakistan-investment-1429214705>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SIPRI Military Expenditure Database. [s.l.] : Stockholm International Peace Research Institute, 2024.

SØRENSEN, Camilla T. N. The US Unipolar World Order and China's Rise. *Em*: GRÆGER, Nina; HEURLIN, Bertel; WÆVER, Ole; WIVEL, Anders (org.). **Polarity in International Relations**. Governance, Security and Development. Palgrave Macmillan, Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 251–264. DOI: 10.1007/978-3-031-05505-8_13. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-05505-8_13. Acesso em: 15 set. 2023.

THE GUARDIAN. Sri Lanka approves Chinese port project to avoid “misunderstanding” with Beijing. *[S. l.]*, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/feb/06/sri-lanka-approves-chinese-port-project-to-avoid-misunderstanding-with-beijing>. Acesso em: 19 jan. 2021.

TUNSJØ, Øystein. **The return of bipolarity in world politics: China, the United States, and geostructural realism**. New York: Columbia University Press, 2018.

WALT, Stephen M. Xi Tells the World What He Really Wants. **Foreign Policy**, Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/01/29/xi-tells-the-world-what-he-really-wants/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. 1st ed. Boston, Mass: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state and war: a theoretical analysis**. 2001 ed. ed. New York: Columbia Univ. Press, 2001.

ZHANG, Falin. Power Contention and International Insecurity: A Thucydides Trap in China—US Financial Relations? **Journal of Contemporary China**, *[S. l.]*, v. 30, n. 131, p. 751–768, 2021. DOI: 10.1080/10670564.2021.1889229.